

# Solidariedade Feminista na Resistência e Construção de Alternativas ao Extrativismo

Marianna Fernandes e Rosete Manusse



Entre os dias 12 e 16 de Novembro de 2018, estivemos reunidas em Maputo, Moçambique, mulheres angolanas, brasileiras e moçambicanas compartilhando experiências e saberes relacionados à resistência ao extrativismo e à construção de alternativas ao modelo extrativista em nossos territórios. A ideia para o encontro nasceu no contexto da Agenda Pesquisa-Ação do “Grupo Feminista de Reflexão e Ação da Africa” e contou com apoio da Fundação Friedrich Ebert. Durante uma semana, deixamos nossas casas, nossas famílias,

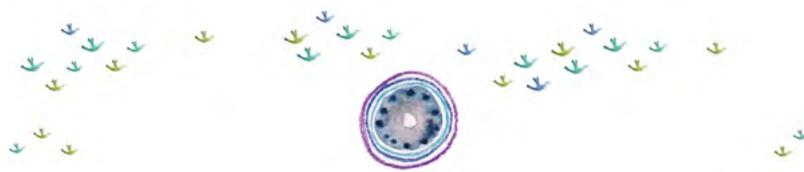


nossas roças e machambas e nossos trabalhos para falarmos de feminismo e da importância da construção de solidariedade feminista internacional enquanto ferramenta para fortalecer nossas lutas em nossos territórios. Nossas discussões sobre o que nos une foram enriquecidas pela nossa diversidade e pelas nossas diferenças. Vimos que nossas vidas estão ligadas à terra, através de nosso trabalho e da nossa produção: mandioca, batata doce, arroz, milho verde, Massala, feijão... todos esses alimentos simbolizam nossas vidas, nossas lutas e nossa história.



Angolanas, brasileiras e moçambicanas participam de troca de saberes sobre resistência e construção de alternativas ao extrativismo.





Nossos debates foram feitos de forma coletiva, valorizando as experiências e saberes de todas.

### **Corpo e território**

Percebemos que nossos corpos tem um papel fundamental nas nossas lutas. Nossos corações sentem a dor e a tristeza dos relatos de violência, dos abusos das empresas mineradoras e das histórias difíceis de outras companheiras. Mas é o coração também que transforma essa dor em luta, em resistência. Vimos a importância de mantermos nossos corpos saudáveis para estarmos reunidas, correremos atrás de nossos direitos. Nossas pernas nos dão a sustentação para seguirmos de pé, caminhando com força. Eles não tem limites, nos permitem nos movimentar. Nossas pernas e pés nos permitem continuar em marcha. Nossas bocas nos permitem verbalizar, tirar para fora de nós os sofrimentos e as vivências. Nossos braços nos permitem abraçar outras companheiras, toca-las. Nossas mãos nos permitem conduzir os trabalhos do dia-a-dia, e também servem para nos defender. Nossos olhos precisam estar sempre bem abertos para ver o mundo e outras realidades, assim como as injustiças das grandes empresas que nos estão prejudicando. É

de lá que também saem as lágrimas quando estamos tristes. Nossos cérebros é onde armazenamos nossos conhecimentos e as memórias sobre a realidade de cada uma das outras que estão distantes dos nossos olhos. Percebemos que nossos órgãos genitais podem ser fonte de prazer, porque não vivemos só de trabalho nas roças e maxambas. Mas também de sofrimento, quando os maridos, os militares, os mineiros e outros homens veem nossos órgãos genitais como mercadoria ou como uma obrigação.





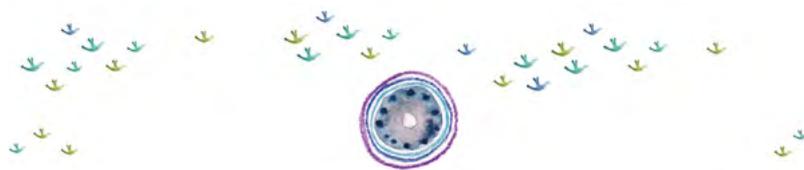
Percebemos também que na verdade o corpo e todas essas partes estão interligados. Que as dores do trabalho nós sentimos no corpo inteiro, que o corpo reage ao estresse com dores no estômago, menstruação desregulada, perda de cabelo. E que tudo isso fica ligado ao cérebro e ao coração da mulher: o que o cérebro não consegue digerir, o coração sofre, sangra e aí vem o sentimento de revolta e a gente chora. Por isso vimos também que para a cabeça funcionar bem, precisamos do coração.

Tudo isso que descrevemos acontece porque o corpo é o primeiro lugar a partir de onde apreendemos nossas experiências e vivências. O sistema capitalista, patriarcal e racista quer nossos corpos como fonte de trabalho, de mão de obra. E muitas vezes é o trabalho que acaba moldando nossos corpos. No entanto, não recebemos de volta para nós a riqueza que nossos corpos criam. Criamos riqueza mas não temos água, não temos energia. Nossas mãos ficam com os calos mas sem os benefícios da riqueza que criamos. A isso

se soma que os instrumentos de trabalho do capital são criados apenas para nos dar mais trabalho, para extrair mais do nosso trabalho e não para diminuir nosso esforço. Por isso é importante criarmos nossos próprios instrumentos de trabalho.

Também vimos que o corpo de nós, mulheres, é pensado para produzir novos trabalhadores e trabalhadoras para serem apropriados pelo capital. Muitas vezes somos vistas apenas como reprodutoras. Além disso, nosso corpo também é visto como estando a disposição dos homens, para satisfazer seus desejos. Vimos que a violência sexual é uma forma de humilhar as mulheres e nos fazer sempre se sentir estrangeiras no mundo público. Como se nosso lugar como mulheres fosse só a casa e ao redor da casa e todas as vezes que viajamos e vamos atravessar a cidade, que a gente sinta que estamos numa situação mais vulnerável, como se estivéssemos num lugar que não é nosso.





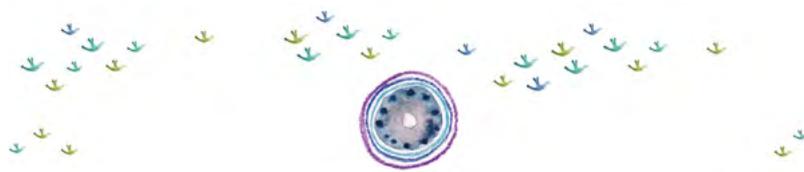
Através de desenhos coletivos, refletimos sobre como nossos corpos e nossos territórios estão conectados.

### **Impactos, resistência contra as empresas transnacionais e as indústrias extrativas**

Vimos que muitas de nós estamos organizadas em movimentos, sindicatos/uniões, cooperativas e grupos que estão, de uma maneira ou de outra, na luta contra o extrativismo predador, praticado pelas empresas transnacionais, que destrói nossas vidas e nossos territórios. Temos conhecimento dos impactos que as empresas transnacionais causam e das dificuldades de construir resistência à elas. Vemos que existem padrões no comportamento das empresas extrativistas, sejam elas do agronegócio, da mineração, da fruticultura irrigada, ou do REDD. Temos consciência de que o machismo domina todo o processo da indústria extrativa.

A atuação dessas empresas muitas vezes se baseia na falta de informação e de consentimento da comunidade. Muitas invadem as terras e operam sem licença, sem informar sua presença. As empresas também espalham mentiras para confundir e dividir as comunidades: dizem que vão criar empregos que nunca chegam, tentam comprar as lideranças para que elas ajudem a empresa a se legitimar. Ao fazer isso, algumas famílias acabam cedendo e vendendo suas terras, muitas vezes a valores muito baixos.





Tivemos um dia de intercâmbios com mulheres e homens que estão organizados na luta pela terra em Maracuene.

No caso da mineração, quando existem empregos nas empresas, eles são geralmente dedicados aos homens. As mulheres que conseguem trabalhar nas empresas de mineração como a Vale, por exemplo, tem sua sexualidade controlada pela empresa. Os impactos são sofridos majoritariamente pelas mulheres. Com a grande quantidade de homens forasteiros que chegam para trabalhar nas empresas, ocorre também o aumento de doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS, o aumento da prostituição e de casos de gravidez de jovens, além de casamentos prematuros. Existem casos de jovens de 12 anos com 3 filhos, abandonadas pelo marido estrangeiro. Nós mulheres também sentimos os impactos quando vemos que a água e as nossas terras são tomadas pelas empresas, nos deixando sem ter de onde tirar nossos alimentos e nosso sustento. Muitas vezes as empresas tentam nos enganar através de ações de Responsabilidade Social, que são apenas uma maquiagem para mascarar a alteração permanente que elas irão causar nos nossos modos de vida. Existe um caso, por exemplo, em que uma empresa mineradora destruiu o rio e em troca construiu um chafariz para a comunidade.



Além disso, as mulheres não tem participação nem voz nos espaços de diálogo por reparação de danos causados pelas empresas. São os homens que negociam e os primeiros a terem acesso às informações. Nos casos de reassentamentos, muitas vezes os lugares onde nos colocam são piores que os lugares onde vivíamos. Somos retiradas de nossas maxambas e nossas roças. As casas que nos dão em troca são de qualidade ruim, somos obrigadas a mudar nossa forma de viver. Mas muitas vezes os reassentamentos nem sequer ocorrem e somos obrigadas a encontrar soluções individuais para os problemas causados pelas empresas. Às vezes recebemos indenizações em dinheiro com um valor muito abaixo do que seria justo. E sabemos que existem coisas que não são possíveis de compensar através do dinheiro. Sabemos que existem leis que obrigam as empresas a pagarem ao governo pelo que elas extraem. No entanto, não existe transparência nem participação das mulheres das comunidades na tomada de decisões nem quanto ao uso do recurso. Sabemos também que muitas vezes a extração dos recursos naturais está conectada com conflitos armados e com a militarização de nossos territórios. Com a chegada das empresas de mineração, são instalados postos de controle em que situações de abuso sexual e violência contra as mulheres são recorrentes.



Discutimos sobre os desafios de construir a luta no campo.

Outro processo que nos preocupa é a crescente mercantilização da natureza. Recentemente, em alguns dos nossos territórios, está acontecendo o cercamento de terras para o mercado de carbono. Isso significa que a capacidade da natureza de transformar o carbono está sendo mercantilizada. Sabemos que a origem disso está nas negociações entre governos e empresas para reduzir as emissões de carbonos gerada pela forma como está organizada a produção em nossas sociedades. Sabemos que quem emite todo esse gás carbônico são as indústrias, as vacas do agronegócio, os carros, as hidrelétricas que desmatam grandes quantidades de floresta, entre outros. Percebemos que o REDD é um mecanismo criado pelas empresas que poluem, para que elas não precisem deixar de poluir. Elas conseguem sua licença para continuar poluindo alegando que irão comprar carbono de outros territórios para compensar a sua poluição. Na prática, isso significa que elas irão vir aos nossos países, pois é onde tem floresta. E as florestas estão onde existem comunidades que sabem viver com a floresta, que sabem fazer o manejo da floresta para que ela continue existindo. Com a chegada do REDD, chegam também a criminalização das pessoas

e das práticas que ali existiam antes. As empresas chegam através de ONGs internacionais que propõem um contrato para as comunidades em que elas ficam proibidas de mexer nas áreas por um período de 90 anos. Práticas que antes as comunidades faziam de forma harmônica com a natureza, como a pesca, a colheita de frutos, ficam proibidas e as áreas são cercadas. Além disso, há sempre forasteiros indo medir o carbono, entrando e saindo das comunidades. Muitas vezes, a alternativa que é apresentada para essas comunidades quando o REDD se instala e já não é mais possível viver da roça e da maxamba é o turismo. Mas na prática o que ocorre é um turismo predador, que aumenta o turismo sexual, a venda de meninas, a gravidez precoce.

Esses aspectos e outros nos fazem concluir que as indústrias extrativas operam a partir de padrões similares, sejam mineradoras, agronegócio ou REDD. E elas se beneficiam do patriarcado para colocar a acumulação de capital acima das vidas das mulheres e dos territórios em que vivem.





### Construção de alternativas

Percebemos que nossas lutas de resistência estão diretamente ligadas aos impactos que a indústria extrativa causa em nossas vidas. E que as conquistas que tivemos foram alcançadas a partir da luta e da mobilização social. Reconhecendo nossa capacidade de diagnosticar os impactos e construir nossa resistência, percebemos que muitas das nossas lutas também são afirmações de alternativas a esse modelo que criticamos. São afirmações de que queremos que a sociedade como um todo esteja organizada de outra maneira.

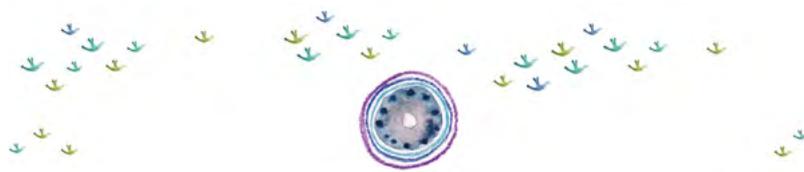
Nesse sentido, começamos um processo de partilha dos processos e estratégias em que estamos envolvidas.

Percebemos que um elemento essencial na construção de alternativas é a auto-organização das mulheres nos nossos locais. Juntar as mulheres nos nossos locais e estabelecer alianças entre nós para estarmos em movimento, em ação para transformar o mundo e as nossas vidas. Vimos que precisamos estar um processo de resistência permanente, em alianças com outros movimentos, em escala local, nacional e internacional. Vimos que o alcance global da Marcha Mundial de Mulheres é muito importante na resistência e na construção de alternativas, pois nos permite estar conectadas com outras mulheres em outros territórios.

Vimos que é muito importante criarmos territórios liberados, em que consigamos organizar nossa vida e manter nossos modos de vida a partir da nossa própria força. Para isso, entendemos que é importante valorizar o trabalho das mulheres, principalmente na produção para o autoconsumo. Para além do autoconsumo, vimos que existem experiências de criação de grupos de consumidores na cidade para os produtos agroecológicos do campo. No entanto, sabemos que essas experiências demandam recursos e tempo, afinal são processos que dão trabalho.

Vimos que as alternativas que estamos construindo, como a agroecologia, se baseiam em saberes ancestrais, das mulheres que vieram antes de nós e nos ensinaram muito. Muitas vezes existem atores de fora dos nossos territórios que acham que não sabemos nada, que eles sabem o que é melhor pra nós. Desconsideram os nossos saberes e o que estamos fazendo já há muito tempo. Entendemos que as alternativas que estamos construindo não repetem esse padrão, pois são baseadas nas nossas experiências e vivências. São iniciativas populares, que visam transformar o mundo a partir dos nossos territórios.





Reafirmamos a importância de resistir e construir alternativas populares ao atual modelo extrativista. Em Maracuené, afirmamos a importância da agroecologia como alternativa!

A comunicação também se apresenta como uma ferramenta importante na luta contra o extrativismo predatório, denunciando os problemas que atingem as comunidades e apresentando estratégias para reparar as injustiças e violências cometidas contra as populações. Entendemos que comunicar, mais do que informar, é uma construção de um diálogo, de processos de mobilização, de participação e inclusão social.

Considerando que as mulheres são as mais atingidas pelo modelo de desenvolvimento extrativista, a nossa resistência ao capitalismo também precisa ser construída no plano simbólico, rejeitando os discursos hegemônicos impostos principalmente pelos meios de comunicação que reafirmam a todo momento o caráter machista e patriarcal da sociedade e alimentam os diversos tipos de violência contra as mulheres.

Os meios ainda não consideram as mulheres como sujeitos, retirando-as do espaço público e de qualquer articulação com a política. Contribuem ainda com a objetificação e a mercantilização histórica do corpo da mulher, hipersexualizando crianças e

jovens e impondo determinados padrões de beleza e comportamento como referências para as mulheres.

Compreendemos, portanto que é necessário construir uma comunicação alternativa alicerçada em valores anticapitalistas, antirracistas, anticoloniais e anti-patriarcais e que seja sensível aos estragos causados pelo extrativismo que vem exaurindo os recursos naturais. Uma comunicação que considere as questões relacionadas à raça, ao gênero, à sexualidade e às classes.

Dentro destes aspectos, a nossa estratégia afirma que é fundamental produzir e consumir uma comunicação feminista, feita por nós e para nós. A comunicação que queremos deve ser elaborada, portanto, de forma comunitária, colaborativa, participativa e em aliança (e convergência) com outros movimentos. Não é nosso objetivo mercantilizar a informação, mas criar espaços de visibilidade, solidariedade e diálogo, compreendendo que a comunicação, enquanto direito fundamental do ser humano, serve aos interesses públicos e a coletividade.



Portanto, o nosso esforço é para que nós mesmas possamos contar nossas próprias histórias de luta contra o extrativismo, rompendo com as práticas que nos invisibiliza e que sustentam o patriarcado. Queremos ouvir os relatos dos problemas a partir da voz das próprias mulheres, considerando que, na maioria dos casos, as fontes de informação são sempre compostas por homens. Precisamos dar voz às nossas mulheres para que elas se reconheçam umas nas outras.

O nosso desafio é também o de construir um processo que mostre a pluralidade e a diversidade cultural e geográfica das mulheres. Somos muitas, diversas e precisamos romper com as desigualdades existentes também entre nós mulheres. Necessitamos também assegurar que mais companheiras dominem as técnicas de produção e distribuição da informação.

Não podemos deixar ainda de apontar as redes sociais como um instrumento importante para o crescimento da circulação de uma comunicação feminista (e para o feminismo que queremos construir). Apontamos que elas se destacam

nesse novo cenário comunicacional, embora essas plataformas sejam problemáticas, uma vez que pertencem a grandes grupos de comunicação, que roubam nossas informações, comercializam nossos dados, de forma a projetar novas formas e padrões de comportamento, inclusive de cunho político. Entretanto, pontuamos o alcance que elas têm e a melhor forma de utilizá-las.

### Encaminhamentos

Nos comprometemos a divulgar os materiais audio-visual resultantes da nossa oficina em nossas comunidades, como ferramenta de criação de solidariedade feminista internacional, entre nossos povos.

Nos comprometemos a estar mobilizadas para o dia internacional de luta das mulheres, 08/03; para denunciar as empresas transnacionais no dia 24/04 no contexto das 24h de solidariedade feminista; e a construirmos um novo encontro, dessa vez em Angola, entre os meses de agosto e setembro de 2019, em que iremos aprofundar mais o debate sobre as alternativas que nós mulheres estamos construindo em nossos territórios.



Resistimos para viver, marchamos para transformar!

***Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!***

Esta Iniciativa foi inspirada do trabalho colectivo do Grupo Africano Feminista de Reflexão e Acção. O grupo inclui 40 académicos feministas, activistas sociais e mulheres progressistas de sindicatos e da arena política de diversas regiões do continente Africano. Desde Novembro de 2017, as participantes debateram regularmente - durante Laboratórios feministas - sobre os desafios que derivam dos padrões do desenvolvimento neoliberal e as actuais reações políticas negativas contra as mulheres para o activismo feminista Africano contemporâneo. Os encontros têm sido facilitados pelo escritório da Friedrich-Ebert-Stiftung, em Moçambique.

